



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

MARCELLA LUDMILA DE OLIVEIRA RODRIGUES

A CENSURA NA BIBLIOTECA CENTRAL
DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DURANTE O PERÍODO DO REGIME
MILITAR

BRASÍLIA
2013

MARCELLA LUDMILA DE OLIVEIRA RODRIGUES

**A CENSURA NA BIBLIOTECA CENTRAL
DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DURANTE O PERÍODO DO REGIME
MILITAR**

Monografia apresentada à Faculdade de
Ciência da Informação da Universidade
de Brasília, como requisito parcial para
obtenção do grau de bacharel em
Biblioteconomia.

Orientador (a): Dra. Dulce Maria Baptista

Brasília

2013

R6182Rodrigues, Marcella Ludmila de Oliveira.

A censura na biblioteca centra da Universidade de Brasília durante o regime militar. Marcella Ludmila de Oliveira Rodrigues. Brasília, 2013.

55 p. 30 cm.

Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2013.

Orientação: Dulce Maria Baptista

1. Censura. 2. Biblioteca. 3. Biblioteconomia UnB 4. Universidade de Brasília I. Título.

CDU 027:070.17



Título: A censura na biblioteca central no período do regime militar.

Aluna: Marcella Ludmila de Oliveira Rodrigues.

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 09 de julho de 2013.

Dulce Maria Baptista - Orientadora

Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em Ciência da Informação

Sely Maria de Souza Costa – Membro

Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em Ciência da Informação

Luiz Martins da Silva – Membro

Professor do Departamento de Jornalismo (UnB)
Doutor em Sociologia

Dedico este trabalho ao meu grande amor, Eduardo Guimarães Amorim, pelo amor incondicional, pela força, compreensão e luz que sempre me transmite.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela constante presença em minha vida.

À minha Mãe, Marta, a quem devo minha força e coragem para lutar e romper barreiras. Com sua coragem pôde me ensinar o caminho a seguir. Agradeço pelo amor e carinho, eu te amo, mãe.

Ao meu irmão, Nilton, pelo amor, carinho, sorrisos, alegrias, força e lições que sempre me transmite. Independente de tudo, meu amor é seu, meu irmão.

A minha irmã, Sarah, pelos anos em que pudemos compartilhar juntas sobre o mesmo teto. Por sua alegria, que mesmo distante chega até mim. Serei sempre grata por seu amor.

Aos meus avós Grizelide e Waldomiro (*in memoriam*), por terem me dado condições de sobrevivência e por nunca terem faltado em ajudar.

Ao meu grande amor, Eduardo Guimarães Amorim, que esteve presente em todos os momentos da graduação, me orientando, aconselhando e apoiando.

Aos meus sogros: Zézé e Uivaldo, por sempre me acolherem, pelo carinho e amor.

Aos meus amigos, que de alguma forma me acompanharam e me somaram até aqui: Sthéfane, de perto ou de longe sempre esteve presente; Fernanda e Tatianne, por serem sempre companheiras e amigas, cultivando nossa amizade de forma radiante e deslumbrante, muito amor pra gente; Débora, pela companhia no pré, durante e pós Universidade, companheira, carinhosa, obrigada pelo amor; Stéphanie Tavares, pelas alegrias compartilhadas; Aos meus amigos que me somaram do SOS IMPRENSA, em especial Johnathan, Luana e Ingridy.

Aos amigos que fiz durante a graduação, que estiveram presente em todos momentos vividos: Kely Linda, Lívia Lins, Thayany Anjos e Rosane Cossich, Paula Trannin muito obrigada pela amizade e alegria durante esses longos e lindos anos. Eu quero para a vida toda!

Em especial ao Davi de Castro, sempre companheiro, de perto ou de longe. Muitas alegrias, lutas e forças compartilhadas. Obrigada pelo apoio em todos os momentos, sem você seria mais difícil.

Aos chefes incríveis que tive durante a graduação, em especial a hoje amiga, Rebeca Crivelaro, obrigada pela força.

Aos Professores da Graduação, que me marcaram desde o primeiro semestre, Professora Sely Costa que foi decisiva em animar nosso semestre, e Professora Dulce, pela orientação segura e carinhosa e pela confiança depositada em mim.

A todos o meu Amor.

“A gente pode, morar numa casa mais ou menos, numa rua mais ou menos, numa cidade mais ou menos, e até ter um governo mais ou menos. A gente pode, dormir numa cama mais ou menos, comer um feijão mais ou menos, ter um transporte mais ou menos, e até ser obrigado a acreditar mais ou menos no futuro. A gente pode olhar em volta e sentir que tudo está mais ou menos. Tudo bem! O que a gente não pode mesmo, nunca, de jeito nenhum, é amar mais ou menos, sonhar mais ou menos, ser amigo mais ou menos, namorar mais ou menos, ter fé mais ou menos, e acreditar mais ou menos. Senão a gente corre o risco de se tornar uma pessoa mais ou menos.”

Chico Xavier

RESUMO

Estudo da censura na Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UnB) no período do regime militar, bem como da presença do profissional da informação em meio ao regime censório analisado. Caracteriza-se por ser uma pesquisa qualitativa de natureza histórica e descritiva. Como instrumento para coleta de dados foi utilizado um roteiro de entrevista feita junto a representantes dos diferentes segmentos: gestores, funcionários e usuários. Pôde-se perceber como a censura se deu na Biblioteca Central da UnB e os métodos utilizados pelos bibliotecários para preservação do acervo.

Palavras-chave: Censura. Biblioteca. Biblioteca da Universidade de Brasília.

ABSTRACT

Study of censorship in the Central Library of the University of Brasília (UnB) in the period of the military regime, as well as the presence of the information professional amid the censorial regime analyzed. It is characterized by being a qualitative research with historical and descriptive nature. As instrument for data collection it was utilized an interview script applied to representatives of different segments: managers, staff and users. It could be perceived how the censorship took place at the Central Library of UnB and the methods used by librarians to preserve the collection.

Keywords: Censorship. Library. Library of the University of Brasília.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Identificação dos Entrevistados

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCE	Biblioteca Central
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
INL	Instituto Nacional do Livro
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
SG-12	Serviços Gerais 12
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 JUSTIFICATIVA	14
2 OBJETIVOS	15
2.1 OBJETIVO GERAL	15
2.1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
3 REVISÃO DE LITERATURA	16
3.1 TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL	16
3.1.1 UMA DAS METAS DE JUSCELINO	18
3.2 CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE	20
3.2.1 ESTRUTURA	21
3.3 CRIAÇÃO DA BIBLIOTECA CENTRAL	22
3.3.1 UM NOVO CONCEITO	23
3.3.2 SALA DOS PAPIROS	23
3.3.3 SERVIÇOS GERAIS 12	25
3.3.4 PRÉDIO DEFINITIVO	25
3.3.5 GALERIA DE EX-DIRETORES	26
3.4 CENSURA	28
3.4.1 BREVE HISTÓRICO DA CENSURA NO BRASIL	28
3.4.2 ESTADO NOVO	29
3.4.2.1 MECANISMOS DE CONTROLE	30
3.4.3 REGIME MILITAR	31
3.4.3.1 ATOS MAIS SEVEROS	32
3.5 COMO A CENSURA SURTIU NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UnB	33
3.6 PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO NO CONTEXTO DA CENSURA	34
3.6.1 TIPOS DE CENSURA	35
3.6.1.1 CENSURA OFICIAL	35
3.6.1.2 CENSURA OFICIOSA	35
3.6.1.3 CENSURA FEITA PELO BIBLIOTECÁRIO	36
3.6.1.4 CENSURA DIFUSA	36
4 METODOLOGIA	37
4.1 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	37
5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	39
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA	48
ANEXO A – DECRETO-LEI 1077/1970	50

1 INTRODUÇÃO

Em 2012, a Universidade de Brasília(UnB), juntamente com a Biblioteca Central, completou 50 anos de existência. Ao longo desses anos a Universidade pôde ser palco de inúmeras mudanças, tanto as que se referem ao seu espaço físico, que passou por mudanças até chegar à sua atual estrutura idealizada, quanto as que dizem respeito às condições governamentais que interferiram durante um longo período de tempo, em seu funcionamento, e, portanto, em seu papel dentro da sociedade.

A Universidade de Brasília criou forças em meio à oposição para se instalar no planalto central, onde já se encontrava a capital da república. Os opositores argumentavam que rebeldes e manifestantes se instalariam objetivando “badernas estudantis” de cunho reacionário. Entretanto a força de erguer uma Universidade se tornou maior com o passar do tempo e o desenvolvimento da capital.

A concepção de Biblioteca Central da UnB resultava de um conceito trazido por um de seus primeiros coordenadores, Edson Nery da Fonseca, de acordo com seu pensamento, buscava uma biblioteca interdisciplinar que pudesse englobar as mais diversas áreas de estudo, pesquisa e ensino.

A biblioteca conseguiu se erguer em meio a grande oposição em um cenário geográfico e político totalmente desencorajador, e tem, portanto, em seu currículo, não só rompimentos e lutas históricas como também as marcas de um regime ditatorial militar que a engessou entre os anos de 1964 e 1985. Como resultado de suas lutas, a Universidade de Brasília possui hoje uma visão pluralista e inclusiva, e possui em sua história relatos que a fazem modelo para todo país.

O presente trabalho apresenta elementos que visam uma pesquisa histórica a respeito da censura e do processo político entre os anos de 1964 a 1985 englobando assim a Universidade de Brasília que foi muito importante nesse período. Busca-se um levantamento das obras, proibições e retaliações que a biblioteca sofreu, bem como da atmosfera em que bibliotecários, usuários e professores viveram na era ditatorial no Brasil.

1.1 JUSTIFICATIVA

Ao longo dos séculos, as bibliotecas foram alvo de inúmeros atos de censura, seus acervos foram atingidos de forma bastante radical. Por vezes, certos livros tornaram-se impedidos de circular nas sociedades em que o autoritarismo esteve no poder o que resultou, não surpreendentemente, na proibição de seu uso e até mesmo em sua destruição total.

Durante o regime militar, ocorrido no Brasil de 1954 a 1985, a Biblioteca Central da UnB passou por dificuldades. Segundo Vergueiro (1987, p. 21), as publicações de editoras consideradas de “esquerda” pelo regime militar não eram adquiridas, no período de ditadura, por diversas bibliotecas municipais.

Vergueiro (1987, p. 21), observa que “[...] mesmo após o término “oficial” da ditadura, pressões governamentais têm sido exercidas sobre bibliotecas para que as mesmas deixem de adquirir determinadas publicações.”.

Uma sociedade precisa se desenvolver e evoluir, não só com tecnologias, mas com a própria democratização da informação. Ainda há muito para se rever e questionar. Contextos até da própria liberdade intelectual e de pensamento trazem à tona, mais uma vez, a missão do bibliotecário. A valorização da profissão do bibliotecário deve-se, entre outros fatores, a ser considerá-lo como guardião da memória documental de um país.

Durante o período ditatorial, os bibliotecários tiveram que tomar algumas decisões sobre o acervo da Biblioteca Central, em função da necessidade da informação de sua democratização. “Foi a censura a materiais específicos que levou os bibliotecários a tomarem posição contra a mesma, baseando-se na convicção de que a liberdade intelectual dos indivíduos é básica para o funcionamento e manutenção da democracia” (VERGUEIRO, 1987, p. 22).

Pela sua história de luta e tradição, a Universidade de Brasília formou profissionais conscientes e para isso a biblioteca desempenhou um papel de grande importância.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a censura na Biblioteca Central da Universidade de Brasília no período do regime militar (1964 a 1985).

2.1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

i. Identificar as obras e conteúdos que foram proibidos durante o regime militar na Universidade de Brasília.

ii. Identificar os métodos e as habilidades que os bibliotecários usavam para manter as obras consideradas subversivas na Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

iii. Analisar os malefícios que a censura durante o regime militar, 1964 a 1985, causou à Universidade de Brasília.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Sabendo-se que o tema da censura aborda diversos ângulos, a revisão de literatura apresentada a seguir contempla os seguintes tópicos: Transferência da Capital; Criação da Universidade; Criação da Biblioteca Central; Breve Histórico da Censura no Brasil; Como a Censura Chegou na Biblioteca Central da UnB; Papel do Bibliotecário no Contexto da Censura.

3.1 TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL

A ideia da construção de uma *Nova Capital* no sertão, no interior do Brasil, não é recente.

Ressalte-se que, quando o Brasil ainda era colônia de Portugal, havia projetos e ideias sendo já citados. Reconhecidamente, a maior figura da Conjuração Patriota Mineira de 1789, Tiradentes – o Alferes José Joaquim Silva Xavier – foi igualmente tido como o principal responsável pelo projeto da interiorização da capital (VASCONCELOS, 1978, p. 37-38).

Outras figuras emblemáticas também fizeram história: Hipólito José Costa por meio do *Correio Braziliense*, editado em Londres de 1808 até 1822, tentava empolgar a opinião pública com inúmeros artigos sobre a interiorização e indicando um ponto ideal, na zona dos mananciais dos rios Araguaia, Tocantins, São Francisco e Paraná, logo, o Planalto Central Brasileiro; José Bonifácio, o patriarca da independência, em 1823 encaminhou à Assembleia Constituinte e Legislativa uma memória sobre a necessidade da mudança da Capital e fez diversas indicações, recomendações e sugestões sobre o assunto, sendo que, uma dessas sugestões foi que a capital poderia ser instalada em Paracatu, no planalto mineiro. Ele até sugeriu como possíveis nomes: Petrópoli ou Brasília, e mesmo não sendo ele o autor desse nome, foi reconhecido por ter-lo publicado oficialmente.

Alguns idealistas e inovadores torciam pela mudança para o interior, dadas as qualidades ambientais, as riquezas naturais dessas regiões e também a questão estratégica de segurança: se o centro político fosse localizado no interior, o país ficaria protegido contra eventuais ataques de conquistadores. Em 1822, com a

Proclamação da República, essa medida foi materializada na primeira Constituição da República, na qual foi consagrada em seu artigo terceiro: “Fica pertencente, à União, no Planalto da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para estabelecer-se a futura Capital.”

Em 1892 o Presidente da República, Marechal Floriano Vieira Peixoto, constituiu a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, sob a chefia do astrônomo Luiz Cruls, responsável pelo observatório Astronômico do Rio de Janeiro o qual foi enviado para estudar e demarcar a área da *Nova Capital*. Em sete meses a Comissão percorreu mais de quatro mil quilômetros do Planalto Central Brasileiro, elaborando um levantamento sobre topografia, clima, geologia, fauna, flora, recursos minerais e materiais de construção existentes na região, sendo ela composta de engenheiros, médicos, botânicos, naturalistas, geógrafos, entre outros.

Assim, Cruls foi designado para presidir a Comissão de Estudos da Nova Capital da União, a partir de junho de 1894, depois de ter presidido, de maio de 1892 a maio de 1894, a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. (VASCONCELOS, 1978, p. 166).

No final de 1893 o relatório da Comissão foi entregue ao Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas e possibilitou a edição do primeiro mapa do Brasil indicando a posição da zona demarcada para o futuro Distrito Federal, sendo a área chamada de “quadrilátero Cruls”. Em 1894 a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil entregou o “relatório geral” que levou o nome de Missão Cruls.

Somente em 1952 o Congresso Nacional aprovou a lei que determinava estudos exclusivos para a edificação da *Nova Capital* brasileira no Planalto Central. Novas pesquisas foram realizadas pelo Marechal José Pessoa que para isso, contratou a firma americana Donald Belcher & Associates. Partiu-se de uma área mais de três vezes maior que a estabelecida pela Missão Cruls. Um retângulo de 52 mil quilômetros quadrados fora dividido em 18 quadriculos, num precioso estudo de uma região que avançava até Goiânia, de um lado, e do outro, Unaí – Minas Gerais; os estudos foram concluídos em 1955 e neste mesmo ano o presidente Café Filho aprovou a área, porém a construção ainda não seria materializada. “O Brasil deve ser louvado por ser a primeira nação da história a basear a seleção do sítio de sua capital em fatores econômicos e científicos; bem como nas condições de clima e beleza” (Belcher, 1955 apud Andrade, 2006, p. 18).

A seguir, são descritas as metas síntese do então Presidente Juscelino Kubitschek.

3.1.1 UMA DAS METAS DE JUSCELINO

Em 4 de Abril de 1955, na cidade de Jataí, Goiás, Juscelino Kubitschek, em seu primeiro comício como candidato à presidência da República, apresentou seu Plano de Metas e disse que se eleito, faria cumprir a Constituição. De acordo com Vasconcelos (1978, p. 352), nesse comício, um eleitor chamado Antônio Soares Neto perguntou a Juscelino: “O senhor mudará a capital do país para o Planalto Central, como está previsto nas Disposições Transitórias da Constituição?” Juscelino lhe respondeu: “Acabo de prometer que cumprirei na íntegra, a Constituição e não vejo razão para que esse dispositivo seja ignorado. Se for eleito, construirei a *Nova Capital* e farei a mudança da sede do governo”. Uma meta que, de início, era *síntese* virou obrigatória.

Em 31 de Janeiro de 1956 Juscelino Kubitschek de Oliveira assume a Presidência da República, para cumprir um mandato de cinco anos e, em 18 de Abril, envia ao Congresso Nacional um projeto de lei referente à mudança da capital, a *Mensagem de Anápolis*. Levava este nome porque foi nesta cidade que ele assinou o ato administrativo. Juscelino também determinou a inauguração de Brasília para 21 de Abril de 1960. A Lei nº. 2.874 de 19 de setembro de 1956, além de criar e delimitar oficialmente o território do Distrito Federal com 5.783 quilômetros quadrados, criou e organizou a Companhia Urbanizadora da *Nova Capital* (NOVACAP), presidida pelo Sr. Israel Pinheiro da Silva, juntamente com a Comissão de Planejamento da Construção e Mudança da Capital Federal, que elaborou e organizou o Edital do Concurso Nacional do Plano Piloto da *Nova Capital* do Brasil, publicado no Diário Oficial da União no dia 30 de setembro de 1956.

Ao ser lançado o concurso para a *Nova Capital* do país, foram entregues à Comissão Julgadora 26 projetos, na qual, conforme salientado no artigo de Meyer (2006) foi apresentado o nome do vencedor: Lúcio Costa, que assim definiu primeiramente o projeto: “Nasceu de um gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal

da cruz”. Seu projeto contrariava algumas normas do concurso, mas apesar disso, venceu por quase unanimidade (apenas um jurado não votou nele) sofrendo diversas acusações dos concorrentes, porém seu projeto foi considerado o único adequado para uma capital. Desenvolveu o Plano Piloto de Brasília, e passou a ser conhecido em todo o mundo como autor de grande parte dos prédios públicos da *Nova Capital*.

Lúcio Marçal Ferreira Ribeiro Lima Costa, arquiteto, urbanista e professor, teve uma educação bastante pluralista estudando na Suíça e no Reino Unido, nomeado para dirigir a Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, com a missão de renovar o ensino das artes plásticas e implantar um curso de arquitetura moderna. Entre os alunos da renomada escola de arquitetura estudava o aluno Oscar Niemeyer.

O projeto de Lúcio Costa estabelecia que, no eixo Monumental seriam implantados os edifícios principais, desenhados por Niemeyer; nas asas, o outro vetor, ficariam as superquadras, unidades de vizinhança compostas por 11 prédios de cinco andares e uma escola primária; no cruzamento entre os dois eixos, foi projetada a rodoviária e a torre de televisão. Após a criação de Brasília, Lúcio Costa foi convidado a desenvolver projetos na Itália, Nigéria e Marrocos; no Brasil, fez estudos para Salvador, São Luís e para a Barra da Tijuca.

Havia uma grande opinião pública que abertamente não acreditava no esforço e na determinação do presidente Juscelino Kubitschek, que por conta disso sofreu grandes dificuldades da oposição, e parte da imprensa o criticava desde o período da construção até a inauguração. As mudanças já estavam sendo feitas e dentre elas, uma das mais importantes, a Imprensa Nacional. Segundo publicação da Imprensa Nacional (2010, p. 4), a mudança da Imprensa para Brasília era de extrema importância para Kubitschek, pois, com tantas críticas, a Imprensa, com sua capacidade de registro documental contribuiria à credibilidade da mudança da Capital para Brasília; se os atos oficiais comesçassem a ser impressos e publicados na *Nova Capital*, não teria como a Capital continuar no Rio de Janeiro. Era fundamental a impressão do *Diário Oficial* em Brasília com todos os atos assinados no dia da inauguração. Juscelino decidiu transferir a Imprensa para Brasília antes mesmo da inauguração, não só para imprimir os primeiros atos, mas também para buscar a interiorização da mídia, que naquela época era centralizada no eixo Rio -

São Paulo. Com essa percepção o presidente conseguiu estimular o estabelecimento de empresas de comunicação em Brasília.

3.2 CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE

A Universidade de Brasília, idealizada por seus criadores, Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Oscar Niemeyer, Cyro dos Anjos, e outros intelectuais. Foi erguida durante anos de decisão para o país.

O Brasil passava por mudanças substanciais em sua estrutura política, econômica e social. A crise que afetava o país, de um lado: a grande parte dos políticos reacionários indignava-se com a capital que Juscelino Kubitschek erguia, criando todo tipo de dificuldade para que a mudança ocorresse; do outro, sonhadores e idealizadores que acreditavam que Brasília era uma das respostas para a situação do país.

Juscelino, Niemeyer, Lúcio Costa trabalharam para a criação de uma Nova Capital totalmente moderna, diferente e conceituada. Em 1960 o Presidente cria por decreto uma comissão encarregada de criar a Universidade de Brasília (UnB). A Comissão liderada por Darcy Ribeiro, antropólogo e escritor, delimitou em um plano as estruturas principais da futura Universidade.

Este plano estabelecia que a UnB dentro dos princípios de racionalidade e de organização e plena utilização dos recursos naturais e humanos, seria instituída em oito institutos centrais, cinco faculdades e sete órgãos suplementares. (AQUINO; NASCIMENTO, 1988, p. 10)

Diante da crise universitária que o país vivia, a UnB deveria se transformar no primeiro marco da integração universitária no Brasil.

A elite reacionária influente no país, naquele momento, enxergava com um grande rancor a criação da Universidade de Brasília. Entretanto, Juscelino dava todo apoio e não media esforços para a concretização dessa conquista.

A UnB não é uma universidade qualquer. Muito lutamos para criá-la. Havia demasiadamente gente contra. Israel Pinheiro, engenheiro admirável, dizia que duas coisas não deveriam existir em Brasília: operários e estudantes. É evidente que Juscelino não se guiava por este critério, mas ele também duvidou da conveniência de se criar aqui uma leve universidade pública ou uma universidade privada. Nós que lutamos para ver surgir a Universidade de Brasília, tal como foi combatida e afinal consagrada na lei, sempre a

pensamos como a casa da consciência crítica em que o Brasil se explicaria e encontraria saída para seus descaminhos. (RIBEIRO, 1986, p. 58).

Criar uma universidade em Brasília tornou-se inevitável, pois se previa para a cidade um grande nível cultural, arquitetônico e industrial, que não poderia faltar nela universidade moderna e conceituada.

No governo de João Goulart, a lei 3998, de 15 de dezembro de 1961, autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília.

A seguir, será descrito a primeira estrutura organizacional da UnB, citando seus primeiros cursos e níveis bem como o espaço físico estabelecido.

3.2.1 ESTRUTURA

Inaugurada em 21 de Abril de 1962, a Universidade teve suas primeiras instalações situadas no edifício do Ministério da Educação e Cultura, no bloco 1 da Esplanada dos Ministérios, onde deu seus primeiros passos.

Darcy Ribeiro foi nomeado o primeiro reitor da Universidade, tendo como vice, Frei Mateus Rocha, que proporcionou o apoio da Igreja Católica. Os cursos iniciais da Universidade foram: Direito, Economia, Administração e Arquitetura e Urbanismo, tendo início em março de 1962.

Segundo o Plano Orientador (1962, p. 21) da Universidade de Brasília, esta funcionaria em quatro níveis de cursos:

- Introdutório (duas séries);
- Bacharelado (três séries);
- Formação especializada (cinco séries) e
- Pós-Graduação (sete séries) e ainda o nível de doutorado.

Quanto ao espaço físico, que permitiria a integração, a convivência e troca de experiência entre os alunos estariam incluídas as seguintes instalações:

- A aula Magna (grande especial auditório);
- A Biblioteca Central;

- A Rádio Universidade de Brasília;
- A Editora Universidade de Brasília;
- A Televisão Universitária de Brasília;
- O Museu;
- As Casas de Cultura;
- O Centro Educacional;
- O Centro Recreativo e Cultural, e
- O Estádio Universitário.

A Universidade de Brasília exerceu papel fundamental para a formação da capital e principalmente na educação brasileira. Passou por árduos períodos durante os anos, mas resistiu, implantando inovações em sistemas sociais, raciais, de tecnologia, extensão, etc.

Seu principal idealizador, Darcy Ribeiro, presenteou a Nova Capital Federal com a melhor Universidade que Brasília poderia receber. Em suas palavras ele diz, “a UnB é a ambição mais alta da inteligência brasileira, este é o nosso sonho maior, esta é a utopia de quem entre nós tem cabeça para pensar este país e senti-lo com o coração.” (RIBEIRO, 1986, p.9).

3.3 CRIAÇÃO DA BIBLIOTECA CENTRAL

A lei que autorizava a criação da Universidade de Brasília (UnB), 3939/61, homologada pelo decreto 500/62, ambos tratados no tópico anterior previam a criação da Biblioteca Central (BCE) como órgão complementar.

No plano diretor de criação da UnB, a BCE teria a competência de “coordenar uma unidade principal com obras gerais e de referência, serviços de documentação e intercâmbio científico e cultural, e 16 bibliotecas especializadas, sediadas nos Institutos Centrais e nos conjuntos e faculdades afins. O acervo básico destas bibliotecas deveria resultar em 1 milhão de obras, representando um dos principais investimentos da Fundação e aquele para cuja constituição mais

necessitará apelar para a ajuda de instituições estrangeiras e internacionais.” (PLANO ORIENTADOR, 1962, p. 27).

A biblioteca Central da UnB teve sua primeira instalação em 21 de abril de 1962, no sexto andar do prédio do Ministério da Educação e Cultura. Durante a fase de planejamento, a Biblioteca teve como Diretora a bibliotecária Doris de Queiroz de Carvalho.

O espaço físico da Biblioteca Central passou por diversas mudanças ao longo do tempo. A seguir será dado um breve panorama de seus espaços físicos.

3.3.1 UM NOVO CONCEITO

Em 1962 chega a Universidade o bibliotecário Edson Nery da Fonseca, convidado por Darcy Ribeiro.

O panorama nacional das bibliotecas universitárias encontrava-se devastado por ter sua composição descentralizada. A implementação de um novo modelo de Universidade proposto por Darcy Ribeiro convergia com a noção de biblioteca que Edson Nery da Fonseca, segundo diretor da biblioteca, gostaria de implantar. Mas tais constatações se opunham ao plano orientador da universidade, que previa uma biblioteca central e 16 especializadas.

Houve grande enfrentamento a favor da descentralização, inclusive chegou-se a criar as bibliotecas especializadas em física e matemática. Edson Nery juntamente com Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira ganhou mais essa batalha, pois a centralização da biblioteca emergia de uma multidisciplinaridade do perfil da universidade, e mais tarde, dos alunos que ali permaneceriam. Ficou comprovada assim que essa inovação na biblioteca traria saldos positivos para Universidade.

3.3.2 SALA DOS PAPIROS

A chamada Sala dos Papiros, conhecida por este nome, por causa das plantas egípcias existentes no pátio que as separavam, foi o segundo prédio ocupado pela Biblioteca Central em Julho de 1962.

Nesse momento a BCE contava apenas com um serviço de referência, aquisição, catalogação e registro de periódicos.

De princípio, foi sugerido por Edson Nery um prédio provisório na Universidade para a biblioteca, pois a sobrecarga dos materiais do Ministério poderia prejudicar a estrutura do prédio. O plano urbanístico de Lúcio Costa previa a Praça Maior da Universidade, que contava com quatro prédios - Aula Magna; Reitoria, Museu e Biblioteca.

Como no cronograma de construções a Praça Maior ficou para a etapa final, decidiu-se o professor Darcy ribeiro por uma biblioteca vizinha do edifício FE-5 (onde se situa o auditório dois Candangos), que serviria provisoriamente à Universidade e depois, ao Centro Integrado de Ensino Médio, também instalado nas proximidades. (FONSECA, 1973 p. 38).

Uma das primeiras iniciativas de Edson Nery foi solicitar aos coordenadores dos cursos as bibliografias mínimas para que fossem feitas as compras dos livros de que os alunos precisassem, para solucionar a aquisição destas, que era um grande problema.

Edson Nery (1973, p. 39), em seu artigo memorável relembra “creio ter partido do Dr. Georges Daniel Landau – consultor da reitoria de assuntos internacionais – a ideia de pedir a Fundação Ford um auxílio para a aquisição dos livros e assinatura dos periódicos.”.

Veio em boa hora o convênio firmado entre a Ford e a Universidade, rendendo à biblioteca o enriquecimento tanto material quando estrutural, pois, graças a convivência foi possível equipar a biblioteca, bem como prestar serviços arquitetônicos necessários à biblioteca.

Em 1963 são incorporadas ao acervo as coleções de alguns professores, como por exemplo: Hildebrando Accioly (Direito Internacional); Homero Pires (obras jurídicas, literárias e históricas); Fernando Azevedo (educação, sociologia e literatura); Ricardo Xavier; Oswaldo de Carvalho (bibliografia e biblioteconomia); Pedro de Almeida Moura (estudo clássico alemão).

3.3.3 SERVIÇOS GERAIS 12

Em 1964, a Biblioteca Central ocupa o térreo e o subsolo do edifício Serviços Gerais 12 (SG-12) por questões principalmente de crescimento do acervo. O edifício do SG-12 era vizinho do da Sala dos Papiros e não podia oferecer condições estruturais de boa qualidade, pois grande parte do acervo foi mantido de forma improvisada.

A partir de 1 de fevereiro de 1964 a coordenação da Biblioteca Central foi exercida pelo Prof. Abner Vicentini, substituído pela Prof^a Fernanda Leite Ribeiro em 1967 e, depois, pelo Prof. Elton Eugênio Volpini.

A biblioteca permaneceu no SG-12 até 1967, onde realizou seus primeiros passos, englobando algumas tentativas de permuta de materiais bibliográficos, projetos conhecidos como a Biblioteca Volante, entre outros.

3.3.4 PRÉDIO DEFINITIVO

Em 1967, a UnB e a Diretoria da BCE recebem a visita do Dr. Frazer Poole, da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos especialista em arquitetura de bibliotecas. Juntos trabalharam no planejamento do espaço físico da BCE que estava com as obras avançadasportanto longo período de construção da Universidade.

O documento elaborado pelo Dr. Poole incluiu no item de considerações arquitetônicas gerais, aspectos como a escolhido terreno, orientação do edifício, expansão futura, flexibilidade, plano de iluminação, tratamento acústico, dimensões e disposições do mobiliário, entre outros. (AQUINO; NASCIMENTO, 1989 p.19).

Elton Eugênio Volpinifortaleceu as relações da Universidade com as livrarias e editoras do país para o aprimoramento do acervo.

As obras do prédio definitivo, tal como hoje conhecemos foram concluídas em outubro de 1972, passando este a ser localizado na Praça Maior da UnB, lugar projetado por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, como citado anteriormente.

O prédio definitivo ocupa uma área de 16.200 metros quadrados, com capacidade para um milhão de volumes (estimativa ainda não alcançada) e dois mil leitores.

A mudança tão esperada para o prédio definitivo da BCE ocorreu em março de 1973. O professor Volpini organizou os volumes de maneira sistemática para que não saíssem de sua ordem de classificação, inclusive em caixas com identificação das estantes correspondentes.

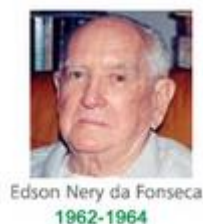
A Biblioteca Central da UnB conseguiu, a duras penas, trazer para a comunidade acadêmica a eficiência informacional que uma biblioteca centralizada podia oferecer.

A universidade idealizada por Darcy Ribeiro na Nova Capital impulsionou um Brasil que ainda estava crescendo intelectualmente. Fez emergir um novo conceito da educação. A Universidade de Brasília é um grande exemplo dessa conquista.

[...] “é tarefa da Universidade criar intencionalmente elites novas. Elites orgulhosas do patrimônio que herdamos do passado - um território continental e um povo multitudinário, unificados em uma nação cheia de vontade de felicidade e de progresso, pronta para florescer como uma nova civilização. Mas sobretudo elites cheias de indignação frente a realidade sofrida do Brasil. Elites fiéis ao nosso povo, prontas a reconhecer que nossa tarefa maior é nos elevarmos à condição de uma sociedade justa e próspera, de prosperidade generalizada a todos.” (RIBEIRO, 1978.).

3.3.5 GALERIA DE EX-DIRETORES

Para ilustrar a seqüência de personalidades que estiveram à frente da Biblioteca Central ao longo do tempo, segue a baixo a galerias de seus diretores:





FONTE: Disponível em: <<http://www.bce.unb.br/index.php/ex-diretores>>. Acesso em: 24 Abr 2013.

3.4 CENSURA

A censura hoje é uma das responsáveis por diversas perdas bibliográficas no mundo. O ato censório vem percorrendo séculos e gerações e determinando o desaparecimento de livros, filmes, peças teatrais, faixas musicais, entre outras.

Documentos que tenham o cunho duvidoso em tempos de guerras e perseguições alarmam os governantes, pois acredita-se que as ideologias que tais documentos carregam, acarretam rebeliões, revoluções e até mesmo a tomada de poder de determinada nação.

Percorrida a história do livro e da leitura, se tem registros de inúmeras manifestações que levaram ao desaparecimento de obras, resultando não só em perdas inestimáveis de informações, como também de longos anos de conhecimento e estudo determinados pela intolerância da humanidade.

A censura age em três níveis, assume três formas principais, aplicadas a tudo que é objeto de censura: afirmar que uma coisa não é permitida, impedir que uma coisa seja obtida e negar que uma coisa exista. Essas três formas, uma por vez, definem as manifestações da censura tal como é exercida (CHARBONNEAU, 1985).

A censura à obras, de forma geral, é uma ideologia firmada por quem está a frente de um Estado, nação, colônia, etc, geralmente são líderes religiosos ou de regimes autoritários de governo, que têm por objetivo colocar em vigor os ditames estabelecidos para ocasionar a ordem, ou seja, foi estabelecido que o ato censório é “um esforço por parte de um governo, organização, grupo ou indivíduo de evitar que as pessoas leiam, vejam ou ouçam o que pode ser considerado como perigoso ao governo ou prejudicial à moralidade pública” (VERGUEIRO, 1987, p. 22).

3.4.1 BREVE HISTÓRICO DA CENSURA NO BRASIL

O Brasil, desde seu descobrimento passou por momentos relacionados à censura. A sociedade esteve de mãos atadas quanto a livre circulação de informação por diversos anos durante a construção do hoje chamado Estado democrático.

A seguir, para fins desta pesquisa será acentuado um breve histórico da censura nos regimes republicanos, em que o cerceamento de informações esteve mais presente.

3.4.2 ESTADO NOVO

O Estado Novo se dá entre os anos de 1937-1945, período que o Brasil era presidido por Getúlio Vargas.

Ao assumir o poder, Getúlio encontrou um país com muita desigualdade, cuja população era majoritariamente analfabeta. O Estado Novo lançava as bases para a industrialização do país, após um grande período de uso de mão de obra imigrante.

Essencialmente, a instabilidade do regime centrava-se na relevância dada a necessidade de se legitimar o Estado Novo por meio do doutrinamento e da propaganda política. Fazia-se necessário construir um imaginário político que contribuísse para o acatamento da nova ordem. Assim, o objeto simbólico utilizado para a construção desse imaginário foi a ideia do novo, da ordem e da hierarquia, presente também no simbolismo sagrado (CARNEIRO, 2002, p. 239).

Getúlio Vargas se inspirou em modelos de atuação de líderes mundiais da época – notadamente Salazar, Mussolini e Franco. Daí também assumiu o papel de pai da cultura nacional (LEITÃO, 2011, p. 141).

A necessidade de impor controle sobre novos ideais democráticos sempre limita e determina as expressões e conteúdos produzidos por instituições ligadas ao governo. Getúlio interferiu diretamente na produção de obras no Brasil, e no funcionamento de instituições públicas, entre elas as bibliotecas.

Dessa forma,

Vargas deu início ao uso e abuso de formas violentas de coerção e repressão para coibir e controlar a difusão de ideais e críticas ao governo, assim como o acesso ao conhecimento e ao poder (LEITÃO, 2011, p. 142).

3.4.2.1 MECANISMOS DE CONTROLE

Para fortalecer os ideais e a propaganda de seu governo, Getúlio Vargas criou duas instituições: o Instituto Nacional do Livro (INL) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Essas instituições utilizavam estratégias para determinar os processos relacionados a publicação, distribuição e circulação de livros.

O DIP tinha como atribuição manter sob controle os meios de comunicação de massa e a produção artística e intelectual tais como: rádio, música, cinema, educação, imprensa, ou seja, artes em geral.

O INL foi instituído para montar um projeto atualizado da bibliografia nacional, que não estava sendo executado corretamente pela Biblioteca Nacional. Entretanto a prioridade do governo federal “se restringia a publicação de livros aprovados pela censura, especialmente os didáticos” (LEITÃO, 2011, p. 151). O INL cumpriu seu dever de propagação de obras bibliográficas, como forma de contribuir e fortalecer os ideais do governo getulista.

Vale ressaltar que a repressão ao conhecimento era tratada como questão e pauta de saúde pública, demandando, portanto medidas de saneamento. O Estado definia e distribuía nas escolas e bibliotecas os livros que deveriam fazer parte do cotidiano, sendo que essas medidas implicavam para o reconhecimento e formação do indivíduo na sociedade.

Esse segundo momento em que o Brasil se submeteu aos atos censórios é, nada além de um retrocesso social influenciado pelos governantes do mundo neste período.

A falta de estranhamento da massa social não mereceu destaque aos olhos da mídia. Enquanto Getúlio industrializava o Brasil gerando empregos, direitos e benefícios para o povo, apenas os grandes intelectuais foram privados de contribuir bibliograficamente para o país, alguns deles foram destituídos de seus cargos como é o exemplo de Mário de Andrade.

Esse foi um dos sinais de que o Brasil, naquele momento, não estava amadurecido de forma democrática, intelectual e social. A sociedade aparentava estar friamente politizada.

3.4.3 REGIME MILITAR

O regime militar foi bastante rígido, no que se refere aos aspectos econômicos, políticos, sociais, intelectuais e também culturais. Nesse ambiente é claro, a censura teria que florescer.

Do dia 1º de abril de 1964 até 15 de março de 1985 foi instalado no Brasil o regime militar, regido por generais de alta patente que pretendiam garantir a ordem nacional. Nesse período de transição entre os governos, a busca pela segurança nacional instalou no Brasil um período, acima de tudo, de insegurança.

Nos primeiros quatro anos de regime pôde-se perceber inúmeras manifestações por meio das mídias culturais, tais como livros, teatros, faixas musicais, shows e livrarias. Nesse primeiro período os militares conviviam pacificamente com o desgosto da população.

A priori, a censura ocorria de forma improvisada, efetuadas por militares mal treinados, sem nenhum critério legal estabelecido.

Durante os primeiros quatro anos da ditadura militar, portanto, conviviam um governo “de direita” e de obras que faziam críticas a esse mesmo regime, presentes nas telas de cinema, nos teatros, nos shows e nas livrarias (REIMÃO, 2011, p. 19).

Entretanto, sob a capa rígida da censura, a sociedade ia adquirindo elementos de reação política e social. A censura trouxe uma repercussão cultural muito grande e de extrema importância. Embora, sem aparentar claramente, a sociedade floresceu politicamente, sendo capaz de distinguir o certo do duvidoso.

É nesse cenário que a censura de fato começa a crescer no território nacional. As invasões às livrarias começaram a ser contínuas, o desaparecimento e recolhimento de obras começaram a irritar os grandes escritores da época. Também era comum de se notar censores nas primeiras fileiras de shows e recitais.

O *Casamento*, obra de Nelson Rodrigues, por exemplo, teve proibida sua venda e distribuição pelos censores, sendo apreendida. Nelson Rodrigues reagiu ao ato em uma entrevista: “essa é uma medida odiosa e analfabeta, vou espernear com todas as minhas forças, porque não estamos no faroeste e ainda há leis no Brasil que devem ser respeitadas.”. A apreensão de *O Casamento* foi tão importante

queabriuprecedente para que quaisquer obras que não agradassem os militares pudessem ser apreendidas.

3.4.3.1 ATOS MAIS SEVEROS

Com a edição do Ato Institucional n. 5, no governo do presidente Costa e Silva (1968), tornou-se possível cassar mandatos, suspender garantias individuais, além de se ter criado condições para a censura à divulgação da informação, à manifestação de opiniões e às produções culturais e artísticas.

Segundo Revista Visão, a inconstitucionalidade se refletia da seguinte maneira:

Cassações em massa, rígido controle dos movimentos operários e estudantis, instituição da pena de morte e prisão perpétua para crimes políticos e inauguração, no país da prática de sequestros por parte de guerrilheiros urbanos. As atividades culturais passaram a ser rigorosamente vigiadas e artistas de projeção nacional tiveram de deixar o Brasil. (REVISTA VISÃO, 1974 apud REIMÃO, 2011, p. 26).

O *Decreto-lei 1077/70* regulamentava a censura prévia para livros. No corpo de seu texto anunciava quais tipos de obras eram permitidas e versava também sobre as sanções.

No Brasil, durante a ditadura militar (1964-1985), e destacadamente a partir de 1967, a censura oficial do Estado em relação a filmes, peças teatrais, discos apresentações de grupos musicais, cartazes e espetáculos em geral era exercida pelo Ministério da Justiça por meio do Serviço de Censura e Diversões Públicas (SCDP), setor do Departamento de Censura e Diversões Públicas (DCDP). A partir de 1970, livros e revistas também passaram a ser examinados pelo DCDP (REIMÃO, 2011, p. 13).

Em fevereiro de 1970, foi publicada a *Portaria 11-B*, e em seguida a *Instrução n. 1-70* que dizia: “estão isentas de verificação prévia as publicações e exteriorização de caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que não versem sobre temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes”.

As especificações da portaria acima citadas, não deixam de ter contribuído para um certo relaxamento da censura.

3.5 COMO A CENSURA SURTIU NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UnB

No dia 4 de abril de 1964, a Universidade de Brasília sofre sua primeira invasão, que ocorreu nove dias após o golpe de Estado. A Universidade foi surpreendida pelas tropas do Exército e da Polícia Militar de Minas Gerais.

A Biblioteca Central e os escritórios dos professores foram interditados durante duas semanas. Nesse período alguns professores foram destituídos de seus cargos, inclusive o Reitor Anísio Teixeira e o Vice-Reitor Almir de Castro.

Numa atitude primária, combater a Universidade de Brasília era combater as idéias dos governos anteriores por meio de Darcy Ribeiro, Juscelino, João Goulart, etc. (SALMERON, 1997 p.174).

O *Correio Braziliense*, datado em 10 de abril de 1964, noticiou que foram encontradas armas, livros subversivos, bandeiras revolucionárias, grande resistência por parte dos estudantes, correspondências entre comunistas, dentre outros documentos. Entretanto, as tropas de Minas Gerais e o Exército ficaram surpresos por encontrarem tamanha tranquilidade na Universidade. Percebe-se que as notícias descritas não se coadunavam com a realidade da Universidade.

Foram coletados, em todo *ocampus*, documentos passíveis de investigação que haviam sido armazenados na Biblioteca Central, a qual permaneceu fechada após a liberação do *campus*.

Circularam várias histórias jocosas a respeito de obras consideradas suspeitas: tábuas de logaritmos teriam sido tomadas como códigos secretos, livros teriam sido julgados subversivos porque suas capas eram vermelhas. (SALMERON, 1997 p.177).

Acredita-se que a falta de registros a respeito das apreensões relaciona-se com a forte repressão política que pairava sobre o campus da Universidade de Brasília.

3.6 PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO NO CONTEXTO DA CENSURA

A censura está inteiramente ligada tradicionalmente ao cerceamento da informação. O bibliotecário, por ter sua formação pautada nos pilares da promoção cultural e intelectual, tem como função proporcionar o acesso da informação a todas as camadas da sociedade, contribuindo a transformação do meio em que vive.

Numa perspectiva mais focada na profissão do bibliotecário têm-se como referências as cinco leis de Ranganathan: os livros são escritos para serem lidos; todo leitor tem seu livro; todo livro tem seu leitor; poupe o tempo do leitor e a biblioteca é um organismo em crescimento. Dentro das leis de Ranganathan pode-se perceber o poder que a informação tem. No contexto da censura, a primeira lei se mostra como um mecanismo de uso para os bibliotecários.

O cerceamento de informações vai de encontro com o direito adquirido, pela Constituição Federal de 1988 (art. 5º, IX), de liberdade intelectual, e a biblioteca por ser um espaço democrático, proporciona a manifestação de tal liberdade, de diferentes formas.

Os governos ditatoriais têm como prática limitar o acesso à informações por meio de confisco de obras, censura a autores, reportagens de jornais, entre outras medidas.

Sabe-se que publicações de editoras consideradas de “esquerda” pelo regime militar não eram adquiridas, no período de ditadura. Sabe-se que, mesmo após o término “oficial” da ditadura, pressões governamentais têm sido exercidas sobre bibliotecas para que as mesmas deixem de adquirir determinadas publicações. (VERGUEIRO, 1987 p. 21).

A partir do momento em que o governo posicionou-se fortemente envolvendo as instituições do Estado e da máquina administrativa, as limitações das informações eram impostas nas bibliotecas, e por meio de seus agentes estabeleciam o que poderia ou não constar nas estantes do acervo.

Nesse contexto, o trabalho dos bibliotecários tornava-se bastante dificultado.

3.6.1 TIPOS DE CENSURA

Para que os bibliotecários exerçam sua profissão sob um regime censório é preciso ter bastante cautela com a biblioteca e com o acervo, sendo necessário tomar medidas que busquem a preservação de ambos e um funcionamento normal da organização.

Em palestra realizada em 1979, na décima edição do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, o professor Antônio Agenor Briquet de Lemos enumerou quatro tipos de censura presentes no exercício da profissão, que até os dias de hoje continuam atuais. Ressalta-se a seguir.

Não se pretende, entretanto, determinar que apenas os exemplos de censura a seguir comprometam a postura do bibliotecário ou delimitam seus tipos. Trata-se de uma exemplificação a partir de uma consulta a um profissional especialista.

3.6.1.1 CENSURA OFICIAL

Os bibliotecários em meio à censura são submetidos à lei. Como servidores do Estado estão subordinados a leis, secretarias de Estado, órgãos e outros órgãos governamentais.

Cabe ao profissional da informação, da maneira que lhe convier, usar mecanismos contra a censura, como por exemplo, usar os poderes e obrigações dos representantes de classe e conselhos visando o cumprimento da lei, que *a priori* é oficial e geral, não podendo de forma alguma ser contrariada.

3.6.1.2 CENSURA OFICIOSA

A censura oficiosa também foi praticada no regime militar dentro das bibliotecas. Não há regulamentação, vive somente à sombra do que não pode ser expresso. Briquet de Lemos, diz em palestra que “essa censura oficiosa, nas

épocas de maior obscurantismo e caça às feiticeiras, chegou a produzir seu índice particular de livros proibidos.” (Lemos, 1979, p. 1159).

3.6.1.3 CENSURA FEITA PELO BIBLIOTECÁRIO

A censura feita pelo profissional da informação acarretou mais problemas pelos “achismos” dos bibliotecários, do que pelo próprio regime imposto.

A subjetividade inerente ao profissional é um tanto delicada, pois como responsável pela disseminação da informação, o bibliotecário tende a se preocupar demasiadamente com os conteúdos que são disponibilizados nas estantes do acervo.

A biblioteca é vista como um dos mais significativos símbolos de uma sociedade livre: ela deve ser aberta a todos e a todas as ideias. [...] Não somente a ideia contida no livro, mas a ideia de livre acesso a todas as ideias em todos os livros. Assim, toda vez que permitimos que a censura se manifeste, estamos nos desviando do princípio que é mais importante do que a ideia individual. (ASHEIM, 1980 p. 218-219).

3.6.1.4 CENSURA DIFUSA

A censura difusa é aquela que se propaga de forma homogênea alcançando as bibliotecas, bibliotecários e usuários. É uma censura um pouco mais profunda, pois alcança um campo maior de subjetividade. Pode ameaçar o acervo por meio de restrições à aquisição.

4 METODOLOGIA

O presente trabalho consiste numa pesquisa histórica baseada em levantamento documental e entrevistas informais sobre a censura na Biblioteca Central da Universidade de Brasília no regime militar, que durou de 1964 a 1985.

Por se tratar de uma biblioteca acadêmica de grande importância criada numa época de idealização de universidade, o universo desta pesquisa seria potencialmente muito amplo. Entretanto, em função de limitação de ordem prática, entre as quais a questão do calendário acadêmico para apresentação de monografia, optou-se por selecionar uma pequena amostra intencional de respondentes representativa dos seguintes segmentos: gestores, funcionários e usuários.

A pesquisa documental baseou-se na revisão de literatura. Já as entrevistas informais foram realizadas com base em roteiro de entrevista composto de questões semi-estruturadas, de modo a permitir ao entrevistado uma liberdade maior em suas declarações.

O referido roteiro encontra-se em anexo na pesquisa. Na condução em análise das informações obtidas, a identidade dos entrevistados foi preservada, tendo em vista a busca de objetividade da pesquisa, a espontaneidade das respostas e a natureza do assunto abordado.

Uma das vantagens da entrevista é que o entrevistado além de seguir um roteiro para não se perder em meio a tantas informações ele poderá acrescentar detalhes, pensamentos e opiniões pertinentes. Por outro lado, uma das desvantagens é que talvez ele, por algum motivo, não exponha nomes e opiniões que acredite causar algum tipo de dano (OLIVEIRA, 2000).

4.1 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para apurar a censura na Biblioteca Central da Universidade de Brasília no período do regime militar foram selecionadas aleatoriamente representantes de três segmentos: gestores, funcionários e usuários.

De acordo com a metodologia proposta, a partir das entrevistas realizadas foi possível fazer uma análise dos depoimentos.

Foi preservada a identidade dos entrevistados. Buscou-se explicitar na análise das entrevistas, de forma coerente a percepção e opinião dos entrevistados. Observaram-se as relações, padrões e inferências dos depoimentos, pois se trata aqui, nada além das lembranças e memórias dos entrevistados, que estão sujeitas, ao esquecimento e a novas interpretações por parte destes mesmos entrevistados.

Na análise das entrevistas, os entrevistados serão identificados da seguinte maneira:

Tabela 1 IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

GESTOR	G	Esteve presente na Universidade desde 1965
FUNCIONÁRIO 1	F1	Esteve presente na Universidade desde 1965
FUNCIONÁRIO 2	F2	Esteve presente na Universidade desde 1968
USUÁRIO	U	Esteve presente na Universidade desde 1966

Fonte 1 Autoria Própria

Em nível de curiosidade, os entrevistados se mostraram bastante desenvolvidos com as perguntas, intuitivos e espontâneos ao falar do assunto. Inclusive um deles já tinha um próprio roteiro que seguia. Isso demonstra uma receptividade em relação a entrevista.

Em anexo à pesquisa realizada, está o roteiro de entrevistas que serviu de orientação.

5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A primeira questão formulada questionava aos entrevistados “a forma como se deu a censura no âmbito da BCE durante o regime militar.” Pois, segundo Salmeron observa no item 2.4.4 deste trabalho, apenas circulavam histórias sobre o cerceamento de informações na Biblioteca Central. Entretanto não se podia ter certeza quanto a estes fatos.

O Gestor - G, diz relata em seu depoimento um pouco da situação que país vivia: “no caso de 64, como já havia anteriormente no tempo de Vargas a censura, tinha até um departamento chamado DIP. Então era institucionalizada, era uma coisa do Estado. Não começou em 64, já havia anteriormente ao governo de 64 e o governo aproveitou a censura existente, isso que quero dizer, era algo comum dentro daquele contexto histórico. No caso de 64, houve uma mudança de percepção para documentos, livros, etc, ligados as áreas e comunismo, marxismo, de maneira geral. E isso pode ter se refletido na UnB.”

Algumas informações importantes sobre esse período podem ser vistas nos itens 2.4.3 e 2.4.3 deste trabalho.

O Funcionário 2 – F2 relata o cerceamento no âmbito da BCE da seguinte maneira: “a censura se deu explícita e implícita. Ela era explícita porque o governo mandava, era uma censura oficial. De início quando não havia a censura prévia, havia a censura de fato depois que se publicavam. E as pessoas sabiam que determinados livros seriam objeto de proibição. Era difícil entrar livros naquela época. Era tolice querer comprar esse tipo de livro, e se comprasse estaria incorrendo contra uma lei do Estado que você poderia ser punido. Já a censura implícita houve e há, ninguém vai dizer que não há, mas há.”

Ainda F2 observa: “Dentro da biblioteca não houve nada oficial, só teve bom senso entre os bibliotecários. Tudo era censurado.”

Percebe-se de tais depoimentos que a censura esteve presente dentro da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, como uma decorrência do que o governo já vinha fazendo em outros tipos de instituições. Pode-se partir do pressuposto de que a institucionalização da censura foi “melhorada” com relação ao regime anterior.

A segunda pergunta pedia para o entrevistado “numerar de 1 a 6 os principais conteúdos alvo da censura.” Os conteúdos a serem destacados eram: filosófico, sociológico, político, literário, religioso e erótico.

Observou-se nas entrevistas que os conteúdos censurados na época eram, de maneira geral, referentes ao cunho político de livros que continham ideias comunistas e marxistas.

Um episódio interessante de se relatar neste trabalho acerca das obras da biblioteca é um relato do Usuário – U, que era amigo de muito tempo de Honestino Guimarães, estudante da UnB desaparecido durante o regime militar. O relato de U traz algumas evidências de obras que eram censuradas.

A seguir o episódio narrado por U: “A biblioteca funcionava no SG-12 (Serviços Gerais). O episódio que eu me lembro e participei que foi muito importante. Já tarde da noite, coisa de meia noite, e Honestino, grande amigo meu, não morava na Oca¹, os pais dele moravam na L2, mas vivia na Oca, com a gente. E Honestino então, ele aparece lá meia-noite e chama a mim e mais uns três ou quatro que estavam acordados. Ele estava com uma lanterna, e dizia ‘vem comigo, vem comigo que vou fazer uma pesquisa.’ E então fomos à biblioteca, ela tinha um vão em baixo. Chegando lá ele disse ‘vocês me seguram pela mão que eu vou entrar lá dentro.’ Eu pensei: o que esse maluco vai fazer? Eu não tinha a menor idéia. Ele desce na escuridão com a lanterna. Tínhamos que ficar de olho porque os vigilantes na Universidade podiam ver, mas de qualquer maneira tínhamos que ter cuidado. Depois de uns dez ou quinze minutos, ou um pouco a mais, volta Honestino, e antes de subir ele entrega um bocado de livros, ‘segura, segura, segura’. E todos os livros eram sobre a esquerda, relativos à política ‘o que é o comunismo’, ‘movimento da união soviética’, tudo nesse sentido. A Universidade de Brasília tinha esses livros, ao invés de estarem abertos para consulta, pois o lógico era ser aberto para consulta nas estantes da biblioteca, mas estavam lá escondidos. Provavelmente por ordem do Reitor, que era o Caio Benjamim Dias, que era um homem extremamente conservador.”

Pode-se inferir de tal depoimento que havia censura a algumas obras na Biblioteca Central. O Usuário – U termina o episódio dizendo: “O que Honestino quis mostrar com isso, é que a reitoria escondia no porão da biblioteca os livros para

¹ Oca era o alojamento dos estudantes que moravam na Universidade de Brasília.

fazer censura, quer dizer, que absurdo é esse em que a Universidade fazia censura aos livros que os alunos podem ou não podem ler. Esse é o absurdo dos absurdos.”

A questão três questionava “a forma que a censura se manifestava no acervo da BCE.” Essa questão foi vista como o ponto mais alto e crítico das entrevistas, pois o tema sobre o acervo da Biblioteca Central vai de encontro com a história do cofre, em os entrevistados se referem a um cofre existente na biblioteca.

É importante ressaltar a sutileza de alguns entrevistados ao falar no assunto. Os depoimentos sobre o cofre são de grande valia para este trabalho, pois pouco ou nada se conhece a respeito deste assunto.

De acordo com a pergunta feita, G salienta, “Não houve restrição na aquisição de obras, nem de periódicos, nem de livros. Quem vai parar de estudar comunismo e marxismo na área de economia e política?” Entretanto F2 relata em sua entrevista: “A aquisição de materiais continuou normalmente, mas acontece que você não adquiria aquilo que você não achava que deveria adquirir. Se um professor mandasse uma lista pedindo seria uma encrenca. Quem vai assinar em baixo? Você tinha emprego, família, ia ser suicídio. A biblioteca nem chegava, no meu entendimento a ser solicitada a comprar aquilo. A coisa era muito séria. O confisco era tirar e guardar. Eles retiravam os livros dos catálogos, mas não tenho como provar.”

O bibliotecário exerce alguns tipos de censura, como aquelas vistas no item 2.6.1, desta pesquisa. Nota-se que a censura oficiosa e a feita pelos próprios bibliotecários foram alvo de críticas dentro da Biblioteca Central. Nesse aspecto, particularmente pode-se desenvolver infinitas discussões dentro da profissão e das instituições.

O cofre da Biblioteca Central da Universidade de Brasília é bastante conhecido pelos estudantes de biblioteconomia que já passaram pela Universidade e pelos bibliotecários da Universidade que sempre rememoram as histórias e lembranças.

O cofre teve papel fundamental para, no período do regime militar dentro da biblioteca, pois era dentro deste que se preservavam algumas obras que não podiam circular na biblioteca.

O Funcionário 2 – F2 começa dizendo: “O cofre funcionava para preservação. Nele foram colocados livros pelo professor Volpini e funcionava para preservação (sic). Se ficassem nas estantes, certamente seriam retirados,

receberíamos denúncias, então livros que eram perigosos também iam, nem todos, alguns livros foram levados para o cofre. Por exemplo, o livro de pensamentos de MaoTsé-Tung chegou em vários exemplares que vieram pelo correio, a bibliotecária abriu e quando viu era do MaoTsé-Tung, tinham vários broches e tudo foi pro cofre. O bibliotecário fazia esse tipo de censura, mas não era a mesma motivação que o Estado, da polícia.” O F1 complementa: “Os livros que ficavam dentro do cofre eram os de Marx, Lenin, autores comunistas em geral.” Mas, G depõe: “ Não houve retirada de livros. Tanto que nós tínhamos no acervo e, ficaram no acervo obras de autores marxistas e comunistas. Mas pode ser que tenha existido na cidade afora, isso eu já não sei.”

Dos depoimentos em relação ao cofre foram identificadas algumas controvérsias em relação à própria finalidade do cofre. De maneira que não é possível tirar conclusões sobre o fato. Como dito na descrição dos dados, item 4.1, o que verdadeiramente está sendo analisado são lembranças e memórias. Esta lacuna, infelizmente este trabalho não conseguiu sanar.

Ainda dentro da terceira questão, outro assunto foi levantado por parte dos entrevistados de forma involuntária: o caso do livro vermelho. São tantas as histórias que decorreram anos em que as pessoas fizeram referência a este livro.

O Funcionário 1 – F1 relata em sua entrevista este episódio: “O pessoal do DOPS chegou à biblioteca, e eu estava na referência da biblioteca, ainda nem era bibliotecário, mas trabalhava lá. Chegaram dois ou três caras do DOPS e foram nas estantes com o cassete na mão. Chegaram ao balcão com vários livros de capa vermelha e disseram “esses livros não podem ficar no acervo porque eles têm capa vermelha, capa vermelha lembra o comunismo.” Eles pediram para que saíssem do acervo, eles não abriram o livro, nem sabiam de que se tratava. Após uns dias os livros voltaram pra estante. Não tinha nada a ver, mas eles faziam o que queriam.”

A quarta questão indagou “como os bibliotecários lidavam com a censura impostas a certas publicações.” O F2 relata claramente o que se passava na Biblioteca Central na época: “A censura estava sendo feita, eu simplesmente devia cumprir a lei. Eu era funcionário do Estado, eu não podia fazer nada. É até muito cômodo, do ponto de vista profissional.”

Pode-se perceber que não havia muito que fazer com a censura dentro da Biblioteca Central. O pensamento de muitos é representado pelo entrevistado F2.

Ainda em continuidade a quarta questão, um ponto importante que foi ressaltado por todos os entrevistados são os chamados “dedo duro.” O entrevistado F1 em sua entrevista diz: “Todos os dias, quando a Biblioteca Central abria, os primeiros a entrarem eram um grupinho: um ia para a sessão dos periódicos, outro para o acervo, cada um pra um lado. E eles só saíam pra almoçar, voltavam a tarde, depois das 18h outros chegavam no lugar deles. Já sabíamos que eram espões, pois não pediam informações, andavam com um único livro debaixo do braço, ficavam no meio das carteiras onde poderiam verificar o movimento. Qualquer coisa de subversivo que eles escutassem ali já reconhecia e deletava depois. A BCE também tinham dois ‘dedos duros’ entre os funcionários. Um era da Marinha, chefe dos serviços gerais. O outro era do Comando Nacional do Planalto. F2 ainda afirma: “Na realidade os militares não apareciam na biblioteca fardados, você supunha que era dedos duros.”

Infere-se sobre tais depoimentos que os bibliotecários viviam sob suspeita a todo momento, qualquer obra no acervo vista por espões podia resultar em investigações, entre outros fatores. Está explícita aqui uma das “talvez” finalidades do cofre da biblioteca, ou seja, a de preservar as obras.

A quinta questão tratou sobre “a interação da BCE com a comunidade acadêmica”. Todos os entrevistados responderam que era bastante boa. O entrevistado G ressaltou: “inclusive era melhor do que hoje em dia.”

As respostas acima fazem parte do conjunto das respostas dos entrevistados. Deste conjunto foram extraídas as percepções e observações que nos pareceram mais relevantes para o presente estudo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada teve a intenção de trazer à luz a censura na Biblioteca Central da Universidade de Brasília no período do regime militar. Período em que o Brasil sofreu as conseqüências herdadas do regime anterior, na medida em que os militares a ele se opunham.

Com desenvolvimento da pesquisa percebeu-se com clareza a atuação do Estado que, com seus mecanismos de cerceamento e coerção, limitaram o acesso à informações, a leitura e a liberdade de expressão, bem como o trabalho dos profissionais da informação no âmbito da biblioteca.

A rotina da biblioteca, de forma geral, não foi afetada administrativamente, seu funcionamento permitiu livremente o acesso dos usuários ao espaço físico e as obras que permaneceram no acervo.

Em relação à atuação dos bibliotecários durante o período, percebe-se que em sua maioria, esses profissionais se mantiveram passivos, realizando os serviços propostos, pois eram funcionários do Estado, portanto cumpriam ordens.

Pode-se perceber que os entrevistados lutaram cada um a sua maneira, buscando a preservação da informação que tiveram que se manter silenciosos durante em relação às muitas reflexões que não podiam, de forma alguma, expressar, pois poderiam estar sendo vigiados.

Este trabalho pretendeu apresentar e descrever um momento um tanto obscuro dentro da Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Histórias como a do cofre, a do livro vermelho, entre outras, fazem parte deste momento, ainda pouco esclarecido.

Constatou-se que a dependência da memória de profissionais é bastante válida, porém incompleta como fonte de informações que permitam uma compreensão mais ampla dos fatos. Em que pese, o fato de que a descrição e a análise das informações levantadas tenham-se pautado fielmente nas entrevistas realizadas, o ideal é que tais informações possam ser complementadas com outros registros que por ventura existam.

No momento em que se valoriza o acesso à informação, inclusive para o conhecimento de nossa história recente, todas as fontes se tornam válidas, porém uma pesquisa bibliográfica mais extensa escapa a natureza desta pesquisa.

Dessa forma, espera-se que as entrevistas realizadas possam servir de subsídio para futuros estudos.

Se no plano individual este período que a Universidade de Brasília vivenciou, merece eventualmente ser esquecido, no plano documental histórico, não há dúvidas de que merece ser lembrado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Edgleuba de Carvalho Queiroz de. **A construção identitária do “brasiliense”**. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

AQUINO, Suely Henrique de; NASCIMENTO, Nêmora C. F. **Um pouco da história da Biblioteca Central da UnB**. Brasília: Universidade de Brasília, 1989.

ASHEIM, Lester. Bibliotecas e censura. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, 73(3/4): 271-272. 1980.

BRASIL, Constituição. 1822. **Constituição da República Federativa do Brasil: constituição do Brasil, de 22 de outubro de 1822**.

BRASIL, Constituição. 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: Fapesp: Edusp, 2002.

CHARBONNEAU, J. P. **Lógica da Censura**. Folha de São Paulo. São Paulo, 4 mar. 1985. Seção Tendências/Debates.

FONSECA, Edson Nery da Fonseca. Biblioteca Central da Universidade de Brasília: história com um pouco de doutrinas e outro tanto de memórias. **Revista de Biblioteconomia e Documentação**. Brasília 1 (1) jan./jun, 1973.

IMPrensa Nacional. **50 anos em Brasília**. Brasília: Imprensa Nacional, 2010.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **Bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na era Vargas e Regime Militar: uma reflexão**. Niterói: Intertexto, 2011.

LEMOS, Antonio Agenor Briquet. Qual a importância da censura nas bibliotecas brasileiras? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10. Curitiba, 1979. **Anais**. Curitiba, Associação Bibliotecária do Paraná, v. 3, p. 1158-1161.

MEYER, Regina Maria Proserpi. **A construção de Brasília**. Disponível em: <<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2006/02/17/447902/onstruo-brasil.html>> Acesso em: 5 maio 2013

OLIVEIRA, Claudionor dos Santos. **Metodologia científica, planejamento e técnicas de pesquisa**: uma visão holística do conhecimento humano. São Paulo: LTR, 2000.

PLANO Orientador da Universidade de Brasília. Brasília: Universidade de Brasília, 1962.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009, p. 336.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência**: censura a livros na ditadura militar. São Paulo: Edusp, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **Universidade necessária**. Brasília: Universidade de Brasília, 1978.

RIBEIRO, Darcy. **Universidade pra quê?** Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

SALMERON, Roberto A. **A universidade interrompida**: Brasília 1964-1965. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

VASCONSCÉLOS, Adirson. **A mudança da capital**. Brasília: Editora Independência, 1978.

VERGUEIRO, W de C. S. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ciência da Informação**. São Paulo, v.16, n.1, p. 21-26, jan./jun. 1987

APÊNDICE A -ROTEIRO DE ENTREVISTA



ROTEIRO DE ENTREVISTA

Obrigada por dedicar parte do seu tempo para fazer esta entrevista sobre a censura na Biblioteca Central da Universidade de Brasília no período do regime militar. Sua experiência, memórias e percepções são de extrema importância para a pesquisa.

Este roteiro serve apenas como base para desenvolvimento da entrevista. Sua identidade será preservada. Os resultados da entrevista serão publicados na monografia que ficará disponível na BCE/UnB no endereço: <http://www.bce.unb.br/> Se tiver qualquer dúvida sobre a entrevista, entre em contato no endereço eletrônico: marcella.ludmila@gmail.com ou pelo telefone 9954-6683.

- 1) Em seu entender, de que forma se deu a censura, no âmbito da BCE durante o regime militar?
Explícita ()
Implícita ()
Não houve censura ()

- 2) Se, realmente houve censura à BCE, numere de 1 a 6 os principais conteúdos alvo de censura
() Conteúdo filosófico
() Conteúdo sociológico
() Conteúdo político
() Conteúdo literário
() Conteúdo religioso
() Conteúdo erótico

- 3) Supondo-se que houve censura aplicada ao acervo da BCE, de que forma se manifestava?
- na restrição a aquisição de materiais
 - no extravio de materiais
 - na redução do empréstimo
 - no confisco de publicações
 - na proibição de divulgação de títulos
- 4) De que forma os bibliotecários lidavam com a censura impostas a certas publicações?
- retiravam títulos dos catálogos
 - ignoravam a censura, mantendo a rotina local de consultas e empréstimos
 - mantinham as publicações censuradas em locais vedados ao público
 - restringiam a divulgação de títulos
- 5) Como se caracteriza a interação da BCE com a comunidade acadêmica durante o regime militar? Justifique.
- Excelente ()
 - Boa ()
 - Regular ()
 - Ruim ()
- 6) Discorra, em breves palavras, sobre obras censuradas, na BCE, durante o período militar.

ANEXO A – DECRETO-LEI 1077/1970**DECRETO-LEI Nº 1.077, DE 26 DE JANEIRO DE 1970.**

(Vide Constituição de 1967)

Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso I da Constituição e

CONSIDERANDO que a Constituição da República, no artigo 153, § 8º dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes;

CONSIDERANDO que essa norma visa a proteger a instituição da família, preserva-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade;

CONSIDERANDO, todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes;

CONSIDERANDO que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum;

CONSIDERANDO que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade Brasileira;

CONSIDERANDO que o emprêgodêsses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional.

DECRETA:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e

periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Parágrafo único. O Ministro da Justiça fixará, por meio de portaria, o modo e a forma da verificação prevista neste artigo.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares.

Art. 4º As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil também ficarão sujeitas, quando de sua entrada no país, à verificação estabelecida na forma do artigo 2º deste Decreto-lei.

Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal:

I - A multa no valor igual ao do preço de venda da publicação com o mínimo de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos);

II - À perda de todos os exemplares da publicação, que serão incinerados a sua custa.

Art. 6º O disposto neste Decreto-Lei não exclui a competência dos Juízes de Direito, para adoção das medidas previstas nos artigos 61 e 62 da Lei número 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.

Art. 7º A proibição contida no artigo 1º dêste Decreto-Lei aplica-se às diversões e espetáculos públicos, bem como à programação das emissoras de rádio e televisão.

Parágrafo único. O Conselho Superior de Censura, o Departamento de Polícia Federal e os juzados de Menores, no âmbito de suas respectivas competências, assegurarão o respeito ao disposto neste artigo.

Art. 8º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de janeiro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1077.htm>. Acesso em 1jun 2013